

Resenha

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: *Análise do Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Revista Rua*. Campinas, Vol. 1, 1995. p. 63-89.

Lucas Martins Gama Khalil*

Manuel Veronez*

Antes de fundar a sua proposta de Análise Automática do Discurso no final da década de 1960, Michel Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, escreveu alguns textos que trazem reflexões acerca da situação teórica das ciências sociais e esboçam alternativas para o estudo das ideologias. Embora tais textos ainda não focalizem o objeto “discurso”, as ideias apresentadas por Herbert são um ponto de partida relevante para que se pense a constituição da Análise do Discurso enquanto disciplina.

Herbert, em *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social* ([1966] 2011), persegue a tese de que as ciências sociais, em seu estado na época, não se constituíam como uma prática propriamente científica. Para argumentar a favor disso, o autor propõe uma elaboração teórica que envolve uma série de desdobramentos relacionados à noção de prática, que, para ele, é “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados” (HERBERT, 2011, p. 24). A matéria-prima pode ser extraída da natureza, por exemplo, e ser transformada em um produto técnico, visando ao atendimento de uma demanda, o que constituiria uma “prática técnica”. Se a transformação for de uma relação social para uma nova relação social, estaríamos tratando de “prática política”. A transformação de uma consciência em uma nova consciência, por sua vez, seria uma “prática ideológica”. Já a “prática social” é um todo complexo que envolve todas as outras práticas, uma unidade imóvel positiva, isto é, um sistema que existe, que é. No entanto, o que nos interessa especialmente, em relação à questão da cientificidade das ciências sociais, é a “prática teórica”, pois é nela que se funda o “corte epistemológico”, possibilitando a construção de conhecimentos científicos, de acordo com Herbert.

* Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Departamento de Línguas Vernáculas (DLV) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); lucas_mgk@hotmail.com

* Doutorando em Estudos Linguísticos (bolsista CAPES) pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia. Agradeço à CAPES pelo fomento; junexblacklabel@hotmail.com

Na definição de “prática teórica”, a matéria-prima é um produto advindo da ideologia, que se transforma, porém, em um conhecimento teórico por meio de um específico trabalho conceitual. Herbert (2011, p. 25) afirma explicitamente que o corte epistemológico requer um “desligamento da teoria em relação à ideologia”. Considerando o panorama atual da Análise do Discurso, tal proposta pode parecer um tanto idealizada ao leitor. Precisamos lembrar, todavia, que o pensamento de Herbert se inscrevia em uma perspectiva marxista, cuja soberania teórica é alvo de ressalvas por parte do próprio Pêcheux duas décadas mais tarde. A noção de ideologia como “falsa consciência”, que poderia levar a um relativismo absoluto (como na proposta da sociologia do conhecimento de Mannheim), é visualizada peculiarmente pelos marxistas: “ao falarem em ideologia como uma falsa consciência, como uma visão deformada da realidade, era sempre à ideologia da classe burguesa que se referiam” (MUSSALIM, 2004, p. 79)¹. Portanto, haveria sim a possibilidade de um corte epistemológico e de uma ciência objetiva da sociedade, desde que produzidos pelo viés da teoria marxista.

A ideologia, para Herbert, aparece inicialmente como um subproduto da prática técnica. Assim, o texto traz uma extensa reflexão sobre a natureza dessa prática e sua diferenciação em relação ao fazer teórico. Toda prática técnica nasce com a finalidade de preencher uma demanda exterior. As práticas técnicas associadas à metalurgia, por exemplo, atendem à demanda da sociedade industrial. Não se pretende “produzir conhecimento” sobre o objeto, mas provocar uma resposta “real” a alguma questão, ou produzir uma “realização do real”; por isso, o seu caráter “realista”. Por outro lado, produzir técnicas é sempre produzir algo para alguém, pois a demanda emana das relações sociais e, como já observamos, a prática política age no sentido de transformar tais relações, reformulando as comandas sociais por intermédio de um instrumento específico: o discurso. Nesse sentido, todas as ideologias relacionadas à prática política (jurídica, moral, religiosa e artística) funcionam como “cimento”, na medida em que “mantêm o todo no lugar” (HERBERT, 2011, p. 37), isto é, dão coerência às relações sociais e às práticas técnicas geradas a partir delas.

Após a reflexão sobre as práticas técnica e política, uma questão é levantada: qual é o papel que as ciências sociais pretendem desempenhar no conjunto da prática social? A princípio, a nomenclatura “ciência” parece prever a existência de um corte epistemológico que levaria à prática teórica. Porém, para Herbert, as ciências sociais apresentam caracteres que mais se aproximam da prática técnica, pois respondem essencialmente a uma demanda social e externa. Segundo o autor, “o que conta é a adequação de tais obras às necessidades ideológicas de um

¹ MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso: da objetividade científica ao terreno fluído da interpretação. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

grupo social ou de uma sociedade em um momento dado” (HERBERT, 2011, p. 41). Ao procurar manter um todo social organizado e “justificar” a produção técnica, as ciências sociais constituem-se também em contato com o caráter ideológico da prática política. Herbert (2011, p. 43) conclui que “as ciências sociais consistem, em sua forma atual, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais”. Em outras palavras, os instrumentos criados por essas ciências sociais (tais como pesquisas de opinião e escalas de avaliação das necessidades subjetivas) não têm finalidade propriamente científica, mas constituem um meio para que haja a manutenção das relações sociais e de produção em um padrão que favorece um grupo específico.

Se a ideologia emerge como subproduto de uma prática técnica, uma ciência, segundo Herbert (2011, p. 44), “nasce sempre pela transformação de uma generalidade ideológica inicial, por meio de uma generalidade intermediária, que desaparece no resultado”. Assim, a origem ideológica da ciência não é negada por Herbert; por outro lado, é possível que os resquícios da ideologia “desapareçam”, permitindo um fazer teórico por excelência. O autor defende que uma ciência precisa “enunciar seu objeto”, isto é, realizar a transformação produtora do objeto, para em seguida reproduzi-lo metodicamente. Deixa-se claro que, enquanto a técnica responde a uma demanda externa (efetua a “realização do real”), a teoria responde a uma demanda interna, que se confunde com a própria organização do discurso da ciência. Por consequência disso, precisa-se ressaltar o caráter teórico desse objeto.

Borges Neto (2004, p. 38)², em texto sobre os estudos linguísticos, realiza uma distinção pertinente entre objeto observacional e objeto teórico. Para ele, o objeto observacional é uma região constituída por um conjunto de fenômenos observáveis, enquanto o objeto teórico “cria uma realidade particular da teoria [...], cria um mundo todo seu, que não se confunde com o mundo tal como observamos”. Embora o objeto observacional possa ser o mesmo para diversas vertentes da Linguística, umas vão delimitar a sentença, outras o signo, outras o texto, e assim por diante, estabelecendo um arcabouço conceitual que constrói a coerência de cada teoria.

Tendo em vista, pois, a noção de objeto teórico, a conclusão do texto de Herbert reitera que as ciências sociais, por se basearem no atendimento a demandas externas e por deixarem de instituir um objeto teórico, não produzem conhecimento científico. Ao final do texto, o autor chega a esboçar, como proposta de uma transformação produtora do objeto teórico em ciências sociais, a tríade que ficou conhecida posteriormente como a base da Análise do Discurso: Linguística, Psicanálise e História; sem, no entanto, propor um mecanismo para a necessária “reprodução metódica do objeto”.

² BORGES NETO, José. De que trata a linguística, afinal? In: *Ensaios de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Em *Observação para uma teoria geral das ideologias* ([1967] 1995), Herbert baseia-se nas reflexões do texto anterior, principalmente nas noções de prática técnica e prática política, para propor uma classificação das ideologias. Antes de apresentar essa classificação, que distingue ideologias de tipo A e ideologias de tipo B, o autor salienta que “se toda ciência é ciência de uma ideologia, a ciência das ideologias não pode escapar a esta lei” (HERBERT, 1995, p. 67). Avista-se, então, uma “teoria ideológica da ideologia”, que, conforme o texto anterior, pode se tornar objetiva, desde que atenda aos pré-requisitos da prática teórica.

O efeito de conhecimento ideológico de tipo A associa-se ao processo de produção e, conseqüentemente, aos conceitos operatórios técnicos. Já o efeito de conhecimento ideológico de tipo B refere-se às relações sociais de produção; tem a função de fazer reconhecer aos agentes da produção seus respectivos lugares. Essa divisão, mesmo que pertinente à proposta de Herbert, não pode ser tida como estanque e totalmente polarizada: por exemplo, uma ideologia de tipo A, como a Alquimia, essencialmente preocupada com a produção técnica, também teve uma função político-religiosa, aproximando-se de uma ideologia de tipo B, conforme cita o autor. Não existe, portanto, uma forma pura da ideologia, isto é, não existem ideologias puramente de tipo A, ou B, elas estão em constante relação e atravessamentos; o que há é uma predominância de um tipo de ideologia em relação ao outro, dentro do todo complexo da prática social.

Uma ideologia de tipo A é caracterizada pela forma empirista, isto é, procura-se ajustar uma “significação” a uma “realidade” correspondente. A ideologia de tipo B, por sua vez, não se prende a uma correspondência externa, tendo como ponto primordial a coerência das relações sociais, definida de forma especulativa por um discurso; trata-se, portanto, de um ajuste interno entre significações e não de uma relação direta entre “significação” e “realidade”. Fazendo uma analogia com a Linguística, Herbert associa a forma empírica à função semântica, dada a relação entre um significante e um significado, e a forma especulativa à função sintática, tendo em vista a conexão de significantes entre si.

O estatuto atribuído ao homem é outro fator divergente nos dois tipos de ideologia. Na ideologia de tipo A, o homem é um “animal ecológico”, que organiza o seu meio, ancorando à realidade as significações. Na ideologia de tipo B, o homem se reconhece, a partir de um “efeito de sociedade” e de um “efeito de linguagem”, no interior das relações sociais, constituindo-se, dessa forma, como um “animal social”, nas palavras do autor. No que concerne a esses estatutos, Herbert apresenta dois respectivos esquecimentos: no primeiro caso, esquece-se de que o homem é um “animal simbólico” e, conseqüentemente, a significação do real não passaria de um efeito metafórico; no segundo caso, o que se recalca é o próprio caráter político-ideológico do sistema de relações sociais estabelecido; em outras palavras, a identificação de um sujeito a uma posição

tende a ser vista como “natural” em vez de ideologicamente configurada. Enquanto se fala em metáfora (tipo A), pelo fato de um significante ser associado a uma significação exterior que lhe é similar, afirma-se que a ideologia de tipo B é calcada em uma relação metonímica, na medida em que designa o “efeito pelo qual os sujeitos são pegos na organização sintática significante” (HERBERT, 1995, p. 75), reconhecidos como “partes” sistemáticas de um todo.

Retornando à problemática da constituição das ciências, Herbert (1995, p. 77) afirma que “somente há ciência quando se exerce uma dominância sintática de tipo específico, definida pela ciência considerada”. Ou seja, é necessário que haja a fundamentação de um discurso no interior do qual as significações se relacionem entre si, e não em uma correspondência empírica, que resultaria em uma prática de caráter técnico. As ciências sociais, tão criticadas pelo autor, tratariam “os efeitos ideológicos B (político-especulativos) com a ajuda de estruturas formais de tipo A (técnico-empíricas)” (HERBERT, 1995, p. 77). Embora concebam como objeto relações sociais de produção, as ciências sociais teriam uma finalidade basicamente empírica, associada a demandas externas de sustentação dessas mesmas relações.

Considerando que a ideologia de tipo A relaciona significações à “realidade”, ela pode ser descrita como um sistema de marcas, isto é, de sinais que balizam o comportamento dos indivíduos, por meio de gestos e falas efetiváveis. A ideologia de tipo B, por sua vez, pode ser definida como um sistema de operações, pois se refere à relação dos homens com suas condições de existência. As “estruturas reais” desse tipo de ideologia são discursos e instituições. Segundo Herbert (1995, p. 79), “essa oposição indica a direção que se deve explorar para apreender a diferença entre o comportamento ideológico e o discurso ideológico”. Nessa perspectiva, pode-se distinguir, por exemplo, o comportamento ritual religioso do discurso religioso (teologia).

Na parte final do texto, Herbert demonstra, por meio de alguns esquemas, a integração entre ideologias de tipo A e de tipo B, assumindo a tese de que o “processo ideológico deve ser compreendido como a combinação do efeito metafórico com o metonímico” (HERBERT, 1995, p. 83). Partindo de três níveis (econômico, político e ideológico), o autor dá exemplos baseados na formação social capitalista. No processo de produção (nível econômico), elementos como “chefe de empresa”, “controle de produção”, “operário”, “contrato de trabalho”, formam a rede sintático-metonímica de significações que funcionam como um todo organizado. Todavia, esses elementos sofrem uma metaforização quando deslocados para outro nível, o político. Nele, cria-se novamente uma relação sintático-metonímica: entram em cena códigos, leis e instituições. Já no deslocamento metafórico do nível político para o nível ideológico, as novas significações geradas configuram a sinalização ideológica, suscitando elementos como “justiça”, “injustiça”, “conveniência” etc, organizados especulativamente sob a forma de discurso. A ideologia, para

Herbert (1995, p. 82), não é considerada mera “consciência de grupo”, mas pode ser descrita “em termos de processos que atravessam a formação social segundo um estilo suscetível de variações estruturais”.

A questão da cientificidade, frente ao caráter ideológico de todo discurso, ainda inquieta Herbert (1995, p. 86), que indaga: “Como se pode ‘sair’ da ideologia e produzir a cientificidade do domínio recoberto?”. De acordo com o autor, em alguns casos, como em determinados efeitos políticos, estéticos e de conhecimento científico, a formação ideológica produzida é recalcada de forma mais ou menos intensa. Trata-se do processo que Herbert denomina “mutação ideológica”. Nesses casos, a prática teórica não se submeteria ao domínio da ideologia dominante, produzindo conhecimento, de fato, científico. Podemos dizer, considerando o vínculo marxista de Herbert, que o materialismo histórico seria essa perspectiva capaz de enxergar além do que está posto. Ao impor o seu próprio “ponto de parada a partir do qual ela se verifica ou se anula” (HERBERT, 1995, p. 88), a mutação ideológica recobriria a noção de coerência interna de uma prática teórica, esboçada no texto de 1966, além de romper de forma definitiva com uma teoria ou formação social anterior, funcionando como um “ponto sem retorno”.

As reflexões de Herbert sobre ideologia dão condições para que interpretemos uma das teses centrais da teoria da ideologia proposta por Althusser ([1969] 1996³, p. 131) e que é fundamental para a Análise do Discurso: “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. A interpelação pode ser entendida a partir das duas formas de ideologia (tipos A e B). Por um lado, o indivíduo interpelado por uma ideologia torna-se sujeito ao atribuir significações à “realidade” de uma forma e não de outra, agindo por meio de gestos e falas, o que está relacionado com a garantia empírica das ideologias de tipo A. Por outro lado, o indivíduo interpelado por uma ideologia é também a ela sujeito pelo fato de se reconhecer em uma posição no interior das relações sociais como parte de um todo sistemático e organizado; essa garantia especulativa, por sua vez, relaciona-se ao efeito ideológico de tipo B. Assim, tanto as marcas de um comportamento específico quanto a assunção de um discurso, mesmo que não enunciadas por Althusser nos mesmos termos de Herbert, estruturam a interpelação ideológica.

³ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.